

INFRAESTRUTURA

Estudo inédito apresenta projetos para ampliar mobilidade urbana na Capital

Investimento na região é estimado em R\$ 10,3 bi; em todo o País, 187 projetos foram definidos, com aporte da ordem de R\$ 430 bilhões

O Estudo Nacional de Mobilidade Urbana (ENMU), realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Ministério das Cidades, concluiu a definição de projetos para ampliar as redes de transporte público coletivo de média e alta capacidade (TP-C-MAC) na Região Metropolitana de Porto Alegre. Na capital gaúcha, o ENMU projeta expansão da rede em projetos de metrô (44km), VLT (até 42km) e de BRT (de 96km a 138km). A definição pela tecnologia VLT ou BRT será feita em etapas seguintes, com base nos estudos detalhados para modelagem dos projetos. O investimento estimado para os projetos é de até R\$10,3 bilhões.

Em Porto Alegre, a implementação dos projetos resultará



GRUPO DALLASANTA/DIVULGAÇÃO/JC

Em Porto Alegre, os projetos irão evitar a emissão de 141,5 mil toneladas de CO₂ por ano

na redução estimada de cerca de 420 mortes em acidentes de trânsito até 2054. E, também, evitará a emissão de 141,5 mil de toneladas de CO₂ por ano. Outro benefício é a redução do custo operacional por viagem, decorrente da maior utilização dos sistemas de média e alta capacidade, que tipicamente são mais eficientes. No caso de Porto Alegre, a redução é de 18%. No País, é de 11%.

“Com o estudo, o BNDES con-

tribui com a produção de uma política pública para a formulação de uma estratégia nacional de mobilidade urbana, de longo prazo e sustentável, unindo esforços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. O objetivo é melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras, com um transporte mais eficaz, menos poluidor e mais seguro”, afirma o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

“Os projetos selecionados mostram que o Brasil está buscando se adaptar às mudanças do clima, com ações que unem sustentabilidade, mobilidade e inclusão social”, afirma o ministro das Cidades, Jader Filho. “Investir em transporte coletivo limpo é investir nas cidades e nas pessoas, para que os centros urbanos se tornem mais resilientes, com menos poluição e deslocamentos mais rápidos e seguros.”

São 187 iniciativas em todo o País

O BNDES e o Ministério das Cidades apresentam nesta quarta-feira 187 projetos selecionados no Estudo Nacional de Mobilidade Urbana (ENMU), que visa acelerar investimentos para a ampliação das redes de transporte público coletivo de média e alta capacidade nas 21 maiores regiões metropolitanas brasileiras.

Os investimentos totais foram estimados em R\$ 430 bilhões: R\$ 230 bilhões em metrô; R\$ 31 bilhões em trens; até R\$ 105 bilhões em veículos leves sobre trilhos (VLT); até R\$ 80 bilhões em bus rapid transit (BRTs); e R\$ 3,4 bilhões em corredores exclusivos de ônibus.

“A aceleração desses investimentos dependerá do modelo de financiamento adotado, sendo os investidores privados via concessões e parcerias uma ferramenta relevante”, esclareceu o BNDES, em nota distribuída à imprensa. O estudo contemplou projetos nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Santos, Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Goiânia, Distrito Federal, Salvador, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal, Teresina, São Luís, Fortaleza, Belém e Manaus.

LEGISLAÇÃO

Conselho Monetário Nacional regulamenta fundo aéreo que financiará combustíveis sustentáveis

Após mais de um ano de espera, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, na quinta-feira passada, regulamentação das regras que permitem o uso de recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil (Fnac) em empréstimos destinados às companhias aéreas. A nova lei do setor aéreo, sancionada em setembro do ano passado, prevê R\$ 4 bilhões em financiamentos, com juros anuais entre 6,5% e 7,5%, conforme a linha de crédito escolhida.

De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, serão oferecidas seis modalidades de financiamento, que incluem desde a aquisição de aeronaves nacionais e manutenção de motores até o investimento em combustível sustentável (SAF) produzido no Brasil.

Para ter acesso aos recursos, as companhias deverão cumprir contrapartidas obrigatórias,

como a aquisição de SAF que reduza ainda mais as emissões de gás carbônico, superando a meta legal: corte de 1 ponto percentual ao ano até atingir 10%. Além disso, as empresas deverão aumentar a oferta de voos para a Amazônia Legal e o Nordeste, contribuindo para a integração regional e o desenvolvimento do turismo.

As aéreas que aderirem ao programa também terão que assinar o Pacto da Sustentabilidade, iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos que estimula práticas de ESG (ambiental, social e de governança) no setor.

Em nota, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que o objetivo é estimular a competitividade e reduzir custos operacionais das empresas.

“O governo federal está fazendo a sua parte, que é viabi-

lizar crédito para a compra de aeronaves nacionais, manutenção de motores e aumento de infraestrutura. Com isso, as companhias poderão reduzir custos e o preço das passagens, beneficiando o consumidor”, afirmou.

Segundo o ministro, a proposta também busca corrigir uma lacuna deixada durante a pandemia, quando as aéreas não receberam apoio financeiro direto. “Se estamos emprestando recursos com taxa de juros privilegiada, é justo exigir benefícios para a população, como a redução de emissão de gases de efeito estufa”, completou.

Com a medida, o governo espera fortalecer o mercado doméstico de aviação, incentivar a produção nacional de SAF e ampliar a conectividade regional, especialmente em empresas aéreas hoje com baixa oferta de voos.

Entenda como fica

Quem pode pedir?

Empresas aéreas brasileiras que operam voos domésticos e estejam adimplentes com a União e os órgãos reguladores do setor.

Valor total disponível

R\$ 4 bilhões, divididos em seis linhas de crédito.

Taxas de juros:

Entre 6,5% e 7,5% ao ano, de acordo com a finalidade do empréstimo.

Finalidades do crédito:

- ▶ Aquisição de aeronaves produzidas no Brasil;
- ▶ Manutenção e modernização de motores;
- ▶ Investimento em infraestrutura operacional;
- ▶ Compra de combustível sustentável nacional.

Prazos e condições:

Os prazos variam conforme o tipo de financiamento. Os pedidos devem ser encaminhados ao Comitê Gestor do Fnac, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos.

Contrapartidas obrigatórias:

- ▶ Aquisição de combustível sustentável que garanta redução de gás carbônico acima da meta legal;
- ▶ Ampliação de voos para destinos da Amazônia Legal e do Nordeste;
- ▶ Aderência ao Pacto da Sustentabilidade, com práticas de ESG;
- ▶ Relatórios periódicos de desempenho ambiental e social enviados ao Ministério de Portos e Aeroportos.